

TENDÊNCIAS/DEBATES

Paradoxos do fumo no Brasil

Apesar dos avanços, o país não consegue aprovar uma legislação federal que permita banir completamente o fumo em ambientes fechados

O Brasil é um dos campeões mundiais na redução do número de fumantes -queda de 46% entre 1989 e 2008, segundo o IBGE.

Sucesso que se deve às políticas públicas bem articuladas, aliadas a leis estaduais para reduzir o tabagismo e à mobilização de militantes de várias áreas.

O paradoxo, do ponto de vista da saúde, é que, apesar dos avanços, o país não consegue aprovar legislação federal para banir completamente o fumo em ambientes fechados. Em termos econômicos, mesmo com a queda no consumo dos derivados de tabaco, o Brasil aumentou nos últimos anos a produção do fumo em folha. O país é, hoje, o segundo maior produtor e primeiro exportador mundial. Com China e Índia, responde por 61% da produção mundial do setor. O paradoxo vai além. A reversão mundial no tabagismo, maior nos países desenvolvidos, é decorrente, entre outros fatores, da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, primeiro tratado de saúde pública ratificado por 168 países-membros da Organização Mundial de Saúde, de um total de 192. Ela é a principal ferramenta para reduzir o tabagismo. Trata-se de um contingente de 1,3 bilhão de fumantes e de 100 milhões de mortes relacionadas ao tabaco -somente no século 20.

O texto da convenção, ratificado pelo Congresso, motivou leis antifumo em sete Estados, inclusive Rio e São Paulo. A pesquisa "A Fumicultura e a Convenção-Quadro: Desafios para a Diversificação", do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (Deser), revela que, em 2007, a produção brasileira de fumo aumentou 59% em relação a 2000 e cita ainda problemas que afetam fumicultores como intoxicações por agrotóxicos e até suicídios como "preocupações antigas". A partir da convenção, elas ganharam dimensão de saúde pública. Já a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) registra o deslocamento da produção do fumo dos países ricos para aqueles em desenvolvimento, como Brasil, China, Índia, Indonésia e Paquistão.

A Convenção-Quadro ilumina aspecto então restrito a especialistas: a vulnerabilidade socioeconômica dos agricultores e das famílias na cadeia produtiva do fumo. A baixa escolaridade é outra questão: 84% dos produtores do Sul do Brasil acima de 40 anos têm menos de nove anos de estudo. O Banco Mundial e o Conselho Econômico e Social da ONU alertam: tabaco e pobreza formam ciclo vicioso. No Brasil, da renda obtida com maço de 20 cigarros, apenas uma unidade chega ao produtor. O país precisa fortalecer políticas públicas que ofereçam alternativas sustentáveis à produção do fumo, da qual dependem 770 municípios do Sul e milhares de famílias de fumicultores, o elo mais frágil da cadeia produtiva.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário já dispõe de bons projetos. O Brasil ajudou a aprovar e divulgar a Convenção-Quadro pelo mundo. É hora de fazer a lição de casa.

LUIZ ANTONIO SANTINI, médico, mestre em cirurgia torácica, membro titular do Colégio Brasileiro de Cirurgiões e da diretoria da União Internacional contra o Câncer, é diretor-geral do Instituto Nacional do Câncer.